



CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo

APeMEC **25**
ANOS

ANO VI / EDIÇÃO 24 / ABR MAI 26

apemec.com.br
/apemec
apemec_oficial

CBIC

CBIC

CBIC

Elias Hiss integra Conselho Administrativo como vice-presidente da CBIC

Confira na página 18

ENIC 2026

APeMEC marca presença
no maior evento do setor
da América Latina

Pág. 12

CREA-SP

Conselho celebra
92 anos de história e serviços
ao setor paulista

Pág. 16

ELEIÇÕES

Saiba quando e como
e quando vão ocorrer as eleições
Crea/Confea/Mútua

Pág. 31

EXPEDIENTE

DIRETOR EXECUTIVO
José Elias Fernandes Abul Hiss

SECRETÁRIA
Sônia Assis

CONSELHO DELIBERATIVO

Adauto Charles Perazza (fundador)
Antonio Paulo R. Sapata Ferraz (fundador)
Augusto Camargo Neto
Gilberto Machado Giardino
Luiz Alberto de Araujo Costa (fundador)
Marco Antônio Sabino

CONSELHO CONSULTIVO / 2025 - 2027

Alexandre dos Santos Russo
Ana Luiza Patriota Araujo Costa
Carlos Antônio Dias Passos
Fabiano Guedes
Guilherme Leme Perazza
Henrique Gudín Filho
Joni Matos Incheглу
Luiz Dias Patrício Junior
Marcelo Corio
Roberto Octávio D. Rodrigues Neto
Rodrigo Cordaro
Walter Roberto Luca Braga

CORRESPONDÊNCIA

Comentários, sugestões e críticas
Alameda Santos, 1909 - 4º andar
Cerqueira César - CEP 01419.002
São Paulo - SP
Telefone: 55 11 5080-9557
Site: www.apemec.com.br
Email: apemec@apemec.com.br
Facebook: /apemec
Instagram: apemec_oficial

ASSINANTE

Cadastre seu e-mail pelo nosso site
e receba nossos informativos

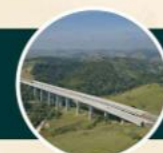
PRODUÇÃO

Ideias Comunicação
Criação, Projeto Gráfico e Diagramação
Telefone: (12) 55 99146-9231
Email: ideias_com@hotmail.com
Jornalista Responsável
Ricardo Pimentel - Mtb 19.123

Os conceitos emitidos
em artigos, matérias e entrevistas
são de responsabilidade dos autores e
entrevistados e podem não representar o
posicionamento da APeMEC - SP

A revista eletrônica APeMEC
é um produto editorial de distribuição gratuita
via redes sociais para empresas associadas,
colaboradores e estudantes

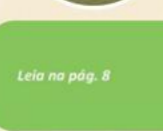
APOIO

4 Editorial
Elias HissUma nova jornada
na Executiva da CBIC

GIRO APeMEC

Negócios e oportunidades nas áreas de obras e
licitações em São Paulo e outras regiões do Brasil

Confira na pág. 6



CAPACITAÇÃO

Confira cursos ministrados por
Martelene Carvalhaes neste bimestre

Leia na pág. 8



CONGRESSO

Deputados aprovam fim da escala 6x1;
PEC segue para votação no Senado

Veja na pág. 10



CURSO

Especialista Eduardo Marcatto ministra
curso sobre "NR01 REAL x NR01 FAKE"

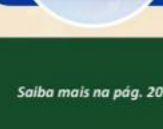
Acompanhe na pág. 14



CREA-SP NA MÍDIA

Conselheiro da APeMEC, Joni Matos, protagoniza matéria
na RecordTV sobre vistorias preventivas em edificações

Confira na pág. 15



PODCAST

APeMEC realiza Podcast com
Joni Matos sobre inspeção predial

Saiba mais na pág. 20



AUMENTO CUSTO OBRA

Alta dos insumos preocupa setor da construção civil

Saiba mais na pág. 22



PODCAST

Elias Hiss entrevista Eduardo
Marcatto sobre "NR01 REAL x NR01 FAKE"

Veja na pág. 24



FIESP

Entidade apresenta balanço da construção civil

Confira na pág. 26



CURSO ONLINE

Elias Hiss realiza curso online
sobre segurança do trabalho

Pág. 28



CURTAS CREA-SP

As principais ações, realizações, encontros
reuniões promovidas pela autarquia paulista

Leia na pág. 32



TECNOLOGIA

Nesta edição, telhas que produzem energia solar

Confira na pág. 28

PASSE PARA UM CAFEZINHO
E CONECTE-SE NA APeMEC



Associados, profissionais e estudantes das engenharias,
o CreaLab Coworking da APeMEC está à sua disposição. Traga seu notebook e utilize
estações de trabalho, acesso à internet e sala de reunião. Tudo com conforto e o cordial
cafezinho. Aproveite o espaço, afinal foi feito para você.



FAÇA SEU AGENDAMENTO

www.apemec.com.br/crealab/ | www.coworking.creasp.com.br/coworking/

WhatsApp 11 5080-9555

APeMEC

CREALAB
SÃO PAULO

CREA-SP



Uma nova jornada em prol da indústria da construção brasileira

Começo uma nova jornada no Conselho de Administração da CBIC, reafirmando meu compromisso com o fortalecimento e o desenvolvimento da indústria da construção

Com quase 50 anos de atuação no mercado, construí uma trajetória marcada por desafios e experiências que contribuíram significativamente para minha formação profissional e pessoal, além de fortalecer meu compromisso com o desenvolvimento da indústria da construção. Ao longo dessa caminhada, tive a honra de ocupar cargos de relevância, ampliando minha visão sobre gestão, governança e desenvolvimento institucional.

Entre eles, destaco minha atuação como conselheiro e diretor Financeiro no Crea-SP, além dos cargos de diretor Executivo, Administrativo - Financeiro da AGEM, diretor Administrativo - Financeiro no Museu do Café. Atualmente, participo de importantes comissões ligadas às relações trabalhistas e políticas setoriais, integrando o CONSIC, como Conselheiro, e o DECONCIC como diretor, ambos na FIESP, além de exercer a função de Conselheiro na ABEE-SP (Associação de Engenheiros Eletricistas de São Paulo). Há 15 anos, atuo como

diretor Executivo da APeMEC e participo ativamente da CBIC.

Cada função exercida, seja por eleição ou nomeação, representa não apenas uma conquista profissional, mas também uma oportunidade de contribuir para o fortalecimento e o desenvolvimento do setor da construção civil brasileira.

Agora, assumo um novo desafio ao ser eleito vice-presidente por São Paulo na CBIC, integrando o novo Conselho Administrativo, que inicia sua gestão em 1º de julho.

Sinto-me honrado em integrar o Conselho de Administração da CBIC, uma das principais entidades representativas da construção civil brasileira, que se aproxima de seus 70 anos de fundação, a serem celebrados em 2027.

Sua atuação vai muito além da representação institucional, envolvendo articulação junto aos poderes públicos, produção de conhecimento técnico, incentivo à inovação, sustentabilidade, segurança jurídica e fortalecimento do ambiente de negócios. Também possui importante representatividade interna-

cional, participando de entidades ligadas à construção civil na América Latina e no cenário global.

Participo de grupos de trabalho da ABNT (CB002, CB003 e CB032, entre outras) e também contribuo com as revisões de Normas Reguladoras como NR18, NR15, NR16 e NR12. Essa atuação técnica colabora para alinhar as boas práticas de engenharia e de segurança às necessidades do setor produtivo. É com essa experiência que irei contribuir com a gestão, aliando a tecnologia e inovação para o fortalecimento da entidade.

Ao atual presidente, Renato Correia, que em breve encerra seu mandato, deixo meus agradecimentos pelo trabalho desenvolvido em benefício da indústria da construção civil do país.

Ao futuro presidente eleito, Eduardo Aroeira Almeida, desejo sucesso nesta nova jornada e agradeço imensamente pela oportunidade de colaborar com sua gestão, contribuindo para o fortalecimento e o desenvolvimento do nosso setor.



“ Sinto-me honrado em integrar o Conselho Administrativo da CBIC, uma das principais entidades representativas da construção civil brasileira, que se aproxima de seus 70 anos de fundação, a serem celebrados em 2027. ”

José Elias Fernandes Abul Hiss
Eng. Eletricista e Seg. do Trabalho
Diretor Executivo da APeMEC

SP anuncia pacote de 2 bilhões para rodovias

O Governo de São Paulo anunciou R\$ 2 bilhões em obras viárias pelo programa "SP Pra Toda Obra". O pacote inclui melhorias em rodovias, recapeamentos e intervenções. Entre as rodovias em destaque estão o Rodoanel Mário Covas e Trevo de Buri.

CTPM vai licitar a recuperação da ponte ferroviária sobre o rio Cassaquera

A CPTM vai licitar a recuperação da ponte ferroviária sobre o rio Cassaquera, na Linha 10-Turquesa, em Santo André. As obras incluem reparos estruturais, tratamento de fissuras e reforço das armaduras.

Suzano anuncia Plano de R\$ 75 milhões para pavimentação

A Prefeitura de Suzano anunciou um plano de R\$ 75 milhões para pavimentação e recuperação de vias estratégicas, visando melhorar a mobilidade e o escoamento da produção.

Serra da Anchieta terá obras de R\$ 58 milhões

O Governo de São Paulo anunciou R\$ 58 milhões em melhorias na Rodovia Anchieta (SP-150). O pacote inclui nova área de escape, monitoramento e adequações para circulação de megacaminhões rumo ao Porto de Santos, com obras previstas entre 2026 e 2027.

Maior ponte sobre o mar da América Latina avança na Bahia

As obras da Ponte Salvador-Itaparica avançaram com a chegada das primeiras peças ao Porto de Salvador. O projeto, estimado em R\$ 10 bilhões, deve começar em junho e prevê a geração de cerca de 7 mil empregos.

Ponte de R\$ 379 milhões avança para licitação

Após mais de 50 anos de espera, a ponte sobre o Rio Uruguai, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pode ter a licitação lançada em breve. Orçada em R\$ 379 milhões, a licitação será lançada em breve. A obra promete reduzir em até 100 km o trajeto entre os estados.





Fotos: Mayra Carvalhais

Neste bimestre, Martelene Carvalhaes

realiza cursos na APeMEC

Com apoio da APeMEC e do Crea-SP, no dia 28 de maio, a Dra. Martelene Carvalhaes encerrou o bimestre de abril e maio realizando os cursos “Contratos da construção civil e a emissão de notas fiscais no ambiente nacional”, além de “ISS” e “Locação de equipamentos”, destinados a diretores, administradores, engenheiros, advogados, contadores e profissionais da área de compras.

Foram abordados temas essenciais com foco em terceirização, gestão de riscos, obrigações fiscais e trabalhistas. O curso destacou aspectos práticos da execução de obras, incluindo negociações contratuais, contratação de mão de obra, garantias de materiais e serviços, e regras tributárias atualizadas, considerando a Lei Complementar 214/2025 e a reforma tributária que instituiu a CBS e o IBS.

Estruturação de negócios e reforma tributária

No dia 7 de maio, o curso foi voltado ao setor imobiliário e da construção civil. O treinamento abordou temas como SPE, Patrimônio de Afetação, SCP e consórcio na construção civil, reunindo incorporadores, construtores, investidores, advogados, engenheiros, contadores e gerentes financeiros.

Dra. Martelene destacou os impactos da reforma tributária no setor imobiliário, explicando as mudanças previstas pela nova legislação e os desafios de adaptação das empresas entre os anos de 2026 e 2032. A especialista também apresentou mecanismos de segurança jurídica e financeira utilizados em incorporações imobiliárias, como a SPE (Sociedade de Propósito Específico) e o Patrimônio de Afetação, estruturas que permitem maior controle patrimonial e proteção aos adquirentes e investidores.

Outro tema debatido foi a SCP (Sociedade em Conta de Participação), modelo utilizado para organização de investimentos em empreendimentos imobiliários. O curso também abordou a gestão financeira das obras, contratos de parceria, tributação, RET (Regime Especial de Tributação) e estratégias de organização empresarial voltadas à

construção civil. O curso foi realizado com apoio da APeMEC e do Crea-SP.

Curso sobre reforma tributária

Também com apoio da APeMEC e do Crea-SP, no dia 9 de abril foi realizado o curso “Contratos da construção civil e a emissão de notas fiscais”. Com uma abordagem prática e atualizada, o conteúdo apresentou os principais desafios relacionados à execução de obras, tanto no setor privado quanto em contratos governamentais.

Entre os pontos centrais estiveram as negociações contratuais, a contratação de mão de obra, as garantias de materiais e serviços e as regras para emissão de notas fiscais em âmbito nacional. Foram abordados diferentes tipos de contratos para execução de obras, incluindo empreitadas totais, parciais e subempreitadas, além de cláusulas essenciais para gestão de riscos. A tributação da terceirização, a responsabilidade civil do empreiteiro e os aspectos trabalhistas na relação com prestadores de serviço também integraram o conteúdo.

Contratos da construção civil e emissão de notas fiscais

A pedido dos associados da APeMEC, a entidade realizou, no dia 1º de abril, o curso “Contratos da construção civil e a emissão de notas fiscais no ambiente nacional”, ministrado pela Dra. Martelene Carvalhaes, voltado para profissionais do setor.

O conteúdo abordou negociações contratuais, contratação de mão de obra, garantias de materiais e serviços, tipos de empreitada (total, parcial e subempreitada), gestão de riscos, tributação da terceirização e responsabilidade civil do empreiteiro.

O curso também destacou a reforma tributária e a Lei Complementar 214/2025, com foco em ISS, CBS e IBS, retenções, compensações e o novo sistema de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-e), que, a partir de 2026, incorpora campos relacionados ao IBS e à CBS, oferecendo maior controle e padronização fiscal. Este curso foi uma iniciativa da APeMEC.





Congresso aprova fim da escala 6x1

Agora, a matéria segue para duas rodadas de votação no Senado antes de ser promulgada

No dia 27 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala 6x1, estabelecendo a escala 5x2, com a jornada de 40 horas semanais em cinco dias de trabalho e dois dias de descanso remunerado, sem redução de salários. A PEC 221/19 foi aprovada em 2º turno com 461 votos a favor e 19 contra; no 1º turno, foram 472 votos a favor e 22 contra. Por se tratar de uma PEC, a matéria ainda precisará passar por duas rodadas de votação no Senado antes de ser promulgada.

A transição será gradual: duas fases permitirão a adaptação progressiva das jornadas para 40 horas semanais, respeitando acordos coletivos e regimes diferenciados de trabalho. Dois meses após a aprovação pelo Senado, passarão a valer os dois dias de descanso remunerado por semana, um deles preferencialmente aos domingos. Nesse período, a carga horária semanal dos trabalhadores registrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) será de 42 horas. Durante esse prazo de um ano, convenção ou acordo coletivo de trabalho poderão ampliar a duração diária do trabalho normal (além de 8 horas

diárias) para viabilizar a transição de 42 horas, sempre respeitando o repouso remunerado de dois dias. Um ano após o término desses dois meses, a jornada será ajustada definitivamente para 40 horas por semana.

A PEC garante regimes diferenciados, como escalas 12x36 e turnos ininterruptos, mediante acordos coletivos, garantindo a média de dois dias de repouso remunerado por semana.

Para microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte, a PEC prevê regras transitórias para mitigar impactos, condicionadas à manutenção de níveis de emprego. Nos contratos terceirizados da administração pública, a redução da jornada dependerá de aditamento contratual para manter equilíbrio econômico-financeiro. Caso o aditamento não ocorra no prazo, as jornadas de 42h e 40h valerão independentemente disso.

CBIC alerta para impactos no setor

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) reagiu com preocupação à aprovação do texto, apontando riscos de aumento de custos, queda na produtividade e impactos sociais para os trabalhadores do setor. Segundo a entidade, o encarecimento da

mão de obra poderá ser repassado ao consumidor final e aos orçamentos públicos.

A CBIC destacou que o modelo de transição precisa de mais flexibilidade, com prazos maiores para que as empresas se adaptem ao novo regime 5x2. Defende que a regulamentação das jornadas deve priorizar acordos e convenções coletivas, respeitando as particularidades de cada região e especialidade. Além disso, estima-se que o fim da escala 6x1 pode aumentar os custos da mão de obra em até 15% e pressionar o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

A entidade reforça que é essencial equilibrar direitos trabalhistas e viabilidade econômica, garantindo proteção ao trabalhador sem comprometer a produtividade do setor.

CNI considera inadequada aprovação da PEC

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) classificou a aprovação da PEC que elimina a escala 6x1 como “inadequada e inoportuna”. Segundo a entidade, a redução da jornada sem aumento proporcional de produtividade pode elevar os custos operacionais, pressionar a inflação e reduzir a competitividade do setor.

Destaca, ainda, que o prazo de transição de 14 meses é curto e defende uma implementação gradual de pelo menos quatro anos. A confederação alerta ainda que a mudança uniforme na legislação pode onerar micro e pequenas empresas, que teriam menos flexibilidade para negociações adaptadas à realidade local. Por fim, a CNI reforça que a negociação coletiva é o caminho mais eficaz para reduzir a jornada, preservando empregos e renda sem comprometer a operação das empresas.

FIESP vê fim da escala 6x1 como “grave retrocesso”

A FIESP classificou a aprovação do fim da escala 6x1 na Câmara como um “grave retrocesso”. A entidade criticou a tramitação acelerada da proposta, apontou riscos de insegurança jurídica ao anular acordos coletivos consolidados e manifestou apoio a um texto alternativo no Senado que promova maior flexibilidade na jornada de trabalho.

Segundo a federação, a PEC aprovada interfere em negociações prévias, fere a segurança jurídica e foi conduzida sem diálogo técnico adequado. A FIESP defende que empregadores e empregados negociem diretamente o modelo ideal.

Para minimizar os efeitos da redução da jornada, as construtoras deverão reorganizar cronogramas, adotar escalas de revezamento e investir em tecnologias e métodos de industrialização da construção.

Há um século, Henry Ford adotava escala 5x2

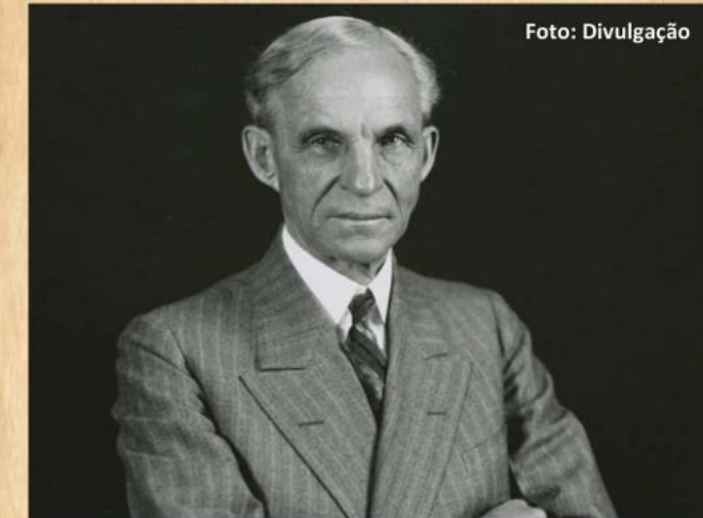


Foto: Divulgação

Há 100 anos, em 1º de maio de 1926, Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, anunciou a adoção da jornada de trabalho 5x2, com 40 horas semanais. A iniciativa visava aumentar a produtividade e eficiência da linha de montagem, ao mesmo tempo que proporcionava mais tempo de lazer aos trabalhadores, que também se tornariam consumidores ativos.

Nos Estados Unidos, a redução da jornada foi legalmente consolidada em 1938 e se espalhou pelo mundo após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a regulamentação das jornadas começou com decretos de 1932 limitando o trabalho a oito horas diárias e seis dias por semana, avançando com a CLT em 1943 e leis posteriores garantindo o descanso semanal remunerado. Somente com a Constituição de 1988, o fim de semana de dois dias se tornou mais comum, com jornadas ajustadas para 44 horas semanais, e, em alguns setores, para 40 horas.

A mudança consolidou um novo paradigma: o trabalhador não é apenas força produtiva, mas também parte essencial do mercado consumidor, e a organização da jornada influencia tanto a produtividade quanto o bem-estar social.





Renato Correia, presidente da CBIC, homenageia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a abertura do ENIC 2026

Tecnologia, habitação e

sustentabilidade marcam ENIC 2026

Debates sobre inovação, sustentabilidade, crédito habitacional e tecnologia marcaram os três dias do principal encontro da construção civil brasileira

O 101º Encontro Internacional da Indústria da Construção (ENIC) 2026, realizado entre os dias 19 e 21 de maio, no Distrito Anhembi, em São Paulo, reuniu mais de dois mil participantes, 145 painéis, dezenas de expositores, lideranças, empresários, especialistas e autoridades para debater os principais desafios e tendências que devem moldar o futuro da construção civil brasileira. Promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o evento consolidou-se mais uma vez como um dos fóruns mais importantes do setor na América Latina.

O evento contou com a presença da APeMEC, representada pelo diretor Executivo Elias Hiss, eleito vice-presidente da CBIC por São Paulo. Durante a programação, Hiss também representou o presidente da CBIC, Renato Correia, no BIM Fórum Conference Brasil 2026, que reuniu cerca de 1.800 inscritos.

Abertura oficial

A abertura oficial contou com a presença do

presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de Estado e representantes de entidades ligadas à construção civil. Em seu discurso, Lula destacou a importância da construção para a geração de empregos e para o desenvolvimento econômico do país, reforçando o fortalecimento do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e os investimentos voltados ao setor.

O presidente da CBIC, Renato Correia, enfatizou a necessidade de diálogo entre governo e iniciativa privada para enfrentar desafios como o aumento do custo dos insumos, juros elevados, reforma tributária e os impactos da possível redução da jornada de trabalho. Segundo ele, o ENIC se consolida como um espaço estratégico para construção de soluções e fortalecimento da cadeia produtiva.

Segundo dia do evento

O segundo dia do ENIC 2026 foi marcado pelo fortalecimento das rodadas internacionais de negócios promovidas pela ApexBrasil, reunindo

compradores estrangeiros interessados no mercado brasileiro da construção civil. Um dos destaques foi a participação de empresários dos Emirados Árabes, que realizaram reuniões com cerca de 20 empresas brasileiras e destacaram a qualidade, o profissionalismo e o potencial competitivo dos produtos nacionais. O maior interesse esteve voltado para tintas e materiais utilizados na preparação do solo para construção. O encontro reforçou as oportunidades de exportação e a abertura de novos mercados para a indústria brasileira da construção civil.

Destaques do último dia

O principal destaque do último dia foi o encerramento do evento com foco em inovação, networking e planejamento estratégico para o futuro da construção civil brasileira. Entre os pontos mais relevantes estiveram as demonstrações práticas de novas tecnologias aplicadas aos canteiros de obras, como robôs e impressoras 3D, além das discussões sobre sustentabilidade, industrialização da construção, financiamento e produtividade. O último dia também reforçou a importância das conexões entre empresários, fornecedores, investidores e lideranças do setor.

Balanco do evento

Durante os três dias de programação, o congresso abordou temas estratégicos divididos em seis eixos principais: tecnologia, inovação, sustentabilidade, negócios, pessoas e relações internacionais. Entre os assuntos mais debatidos estiveram a construção industrializada e modular, com foco na desburocratização do financiamento e em alternativas sustentáveis, como o uso de madeira. Também ganharam destaque os avanços da Inteligência Artificial e do BIM na construção civil, apresentados em casos práticos voltados à melhoria da previsibilidade de custos, prazos e eficiência energética das obras. Outro tema em evidência foi o crescimento da infraestrutura de data centers no Brasil, impulsionado pela demanda tecnológica e pelos desafios regulatórios e técnicos do setor.



Elias Hiss com Eduardo Aroeira Almeida e Fernando Guedes Ferreira Filho, presidente e vice-presidente eleitos da CBIC, respectivamente, para a gestão a partir de 1º de julho de 2026

Na área da sustentabilidade, os debates reforçaram a implementação prática da agenda ESG, estratégias de descarbonização, economia circular e a transição para edifícios Net Zero, alinhando o setor às novas exigências ambientais globais.

Já no eixo econômico, especialistas discutiram alternativas para ampliar o crédito e reduzir o custo do financiamento imobiliário, incluindo atualizações do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e linhas de apoio do BNDES. O programa Minha Casa, Minha Vida também esteve no centro das discussões, com apresentação de dados atualizados, expansão da locação social e ampliação do atendimento à classe média. O evento ainda destacou a necessidade de acelerar investimentos em infraestrutura por meio do "Pacto Brasil pela Infraestrutura".

As pautas relacionadas às pessoas e ao mercado de trabalho também tiveram forte presença no congresso. Os painéis debateram os desafios da retenção de mão de obra qualificada, gestão de talentos e o uso da tecnologia para aumentar a segurança nos canteiros de obras. Outro destaque foi o avanço da presença feminina no setor, abordado em encontros sobre liderança e qualificação profissional. Além disso, empresários e representantes do setor discutiram os impactos econômicos e operacionais da possível redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1.

O encerramento foi marcado pela avaliação positiva da organização, que já confirmou a próxima edição do evento para maio de 2027, novamente em São Paulo.



Curso combate desinformação

Curso promovido pela APeMEC reúne profissionais e desmistifica interpretações equivocadas da norma NR01

Com apoio do Crea-SP, no dia 21 de maio, o auditório da APeMEC recebeu cerca de 30 profissionais para o curso presencial “NR01 REAL x NR01 FAKE”, ministrado por Eduardo Marcatto, especialista e auditor em NR01, mestre em SSO pela Universidade de Turim/ITCILO e engenheiro industrial, mecânico e de segurança.

O encontro teve como proposta esclarecer, de forma técnica e prática, o que realmente é exigido pela NR01 e o que vem sendo tratado de maneira equivocada no mercado. Em meio ao grande volume de conteúdos superficiais e interpretações distorcidas que circulam nas redes sociais, o curso buscou reforçar conceitos fundamentais da norma e alertar sobre práticas mercantilistas que acabam gerando insegurança nas empresas — e, muitas vezes, notificações, autuações e multas.

Durante o curso, Eduardo Marcatto conduziu um debate sobre os desafios da aplicação da NR01 nas organizações, abordando responsabilidades, gestão de riscos ocupacionais e a importância de uma atuação técnica séria dentro da área de Segurança e Saúde do Trabalho.

A expressão “NR01 REAL x NR01 FAKE” tem sido

usada justamente para diferenciar aquilo que a norma realmente exige daquilo que virou exagero, modismo ou estratégia comercial. A NR01 tem como base o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), com foco na prevenção e na organização dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

Segundo o especialista, um dos pontos mais distorcidos atualmente está relacionado aos fatores de riscos psicossociais. Embora a norma determine que esses fatores sejam observados pelas empresas, a proposta é avaliar o ambiente organizacional e suas condições de trabalho — e não transformar a NR01 em uma exigência de avaliações clínicas ou diagnósticos psiquiátricos individuais para todos os colaboradores.

O encontro também abriu espaço para reflexões sobre compliance, responsabilidade técnica, segurança jurídica e os impactos da desinformação no ambiente corporativo. Mais do que acompanhar mudanças na legislação, o curso reforçou a importância da atualização profissional, do conhecimento técnico e do diálogo qualificado entre especialistas e mercado.

Ao final, todos os participantes receberam certificação.



O diretor Executivo, Elias Hiss, deu as boas-vindas aos profissionais participantes do curso



Crea-SP em destaque na RecordTV

Com participação do engenheiro Joni Matos, programa explica a importância de vistorias preventivas em edificações

Exibido no programa Balanço Geral, da RecordTV, em parceria com o Crea-SP, o quadro “Engenharia na Real” apresentou no dia 20 de maio orientações sobre os riscos provocados por rachaduras, infiltrações, pisos soltos e instalações elétricas inadequadas em edificações. O conteúdo reforçou a importância das vistorias preventivas e da atuação de profissionais registrados e habilitados para garantir a segurança da população.

A reportagem acompanhou uma vistoria conduzida pelo engenheiro civil Joni Matos Inche glu, coordenador do Comitê de Engenharia Condominial do Crea-SP, conselheiro da APeMEC e professor universitário, em um edifício que apresentava sinais visíveis de desgaste estrutural, como fissuras, deslocamento de peças e desnivelamento de pisos.

Durante a matéria, Joni explicou que alterações estruturais não devem ser tratadas apenas como problemas estéticos. “Se a fissura estiver abrindo e aumentando ao longo do tempo, é necessário chamar

um profissional habilitado para avaliar se é o caso de uma interdição ou apenas de um reparo pontual”, afirmou.

O especial também lembrou casos de desabamentos ocorridos no país, reforçando como a manutenção preventiva pode evitar tragédias. Outro tema abordado foi o crescimento da instalação de carregadores para carros elétricos em condomínios residenciais e comerciais. Segundo a reportagem, adaptações sem análise técnica adequada podem provocar sobrecarga elétrica, superaquecimento e até incêndios.

Ao comentar as mudanças frequentes em instalações prediais, Joni fez um alerta sobre os riscos de intervenções improvisadas. “Nenhum tipo de alteração deve ser feita sem a presença de um engenheiro”, destacou.

A matéria apresentou a engenharia como uma ferramenta essencial de proteção à vida e ao patrimônio, conscientizando a população sobre a importância da manutenção preventiva e da atuação técnica especializada nas edificações.



Crea-SP celebra 92 anos

A caminho de um século, Crea-SP reforça olhar inovador e aproxima novas gerações das profissões

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP) completou, no dia 19 de maio, 92 anos de atuação. Para marcar a data, a autarquia realizou uma Sessão Plenária comemorativa no dia 21, na sede Angélica, em São Paulo, reafirmando seu compromisso com o fortalecimento das profissões tecnológicas e com a formação das novas gerações de profissionais.

Mesmo prestes a completar um século de história, o Conselho demonstra jovialidade ao se conectar com temas atuais e contemporâneos das Engenharias, Agronomia e Geociências, promovendo debates sobre inovação, inteligência artificial, sustentabilidade, cidades inteligentes e transformação tecnológica. Com olhar voltado para o futuro, o Crea-SP também investe em ações de aproximação e engajamento de estudantes e recém-formados ao Sistema Confea/Crea, fortalecendo a formação das novas gerações de profissionais.

Durante a sessão, o Conselho destacou novas parcerias institucionais e homenagens a entidades de classe. Entre os anúncios esteve a assinatura de um acordo de cooperação técnica com a Associação Brasileira das Empresas de Elevadores (ABEEL), voltado ao fortalecimento de ações ligadas à segurança, responsabilidade técnica e fiscalização orientativa.

Em um cenário de rápidas transformações tecnológicas, o Conselho busca aproximar universitários e jovens profissionais das áreas de Engenharia, Agronomia e Geociências, incentivando a inovação, o desenvolvimento técnico e a valorização profissional. Entre as principais iniciativas está o Prêmio Crea-SP, que chegou à 29ª edição em 2026 e, em evento realizado no final de março, homenageou mais de 250 pessoas, entre estudantes com as maiores médias de graduação e professores de destaque, representantes de mais de 60 instituições de ensino.

Outro destaque é o programa Estágio Visita, que já reuniu mais de 800 participantes em 12 edições. A proposta oferece aos estudantes uma imersão prática no funcionamento do Conselho e em grandes estruturas técnicas e industriais. Neste ano, alunos tiveram a oportunidade de acompanhar os bastidores da montagem do festival Lollapalooza, no Autódromo de Interlagos, além de visitas técnicas em empresas e equipamentos de grande porte.

A aproximação com os jovens também acontece por meio do Encontro Crea-SP Jovem, que debate temas como inteligência artificial, empreendedorismo e inovação tecnológica, reforçando o papel estratégico da engenharia no desenvolvimento de cidades mais inteligentes e sustentáveis. Em 2025, o evento reuniu mais de 500 participantes.

As ações desenvolvidas pelo Conselho também buscam enfrentar desafios importantes do setor, como a escassez de profissionais e a evasão acadêmica. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam déficit de 75 mil engenheiros no Brasil, enquanto levantamentos do Inep indicam queda de 30% nas matrículas do ensino superior na área tecnológica.

Para o diretor Executivo da APeMEC, Elias Hiss, a trajetória do Conselho reflete a importância das profissões tecnológicas no desenvolvimento do país. "Celebrar os 92 anos do Crea-SP é reconhecer a força de uma instituição que acompanha a evolução da Engenharia, da Agronomia e das Geociências, sempre valorizando a responsabilidade técnica e a qualificação profissional. Mais importante ainda é perceber o olhar voltado para as novas gerações, preparando profissionais capazes de enfrentar os desafios tecnológicos e sustentáveis do futuro", destacou.

Ao completar 92 anos, o Crea-SP reforça sua atuação como uma das principais instituições de valorização profissional do país, conectando tradição, inovação com o desenvolvimento tecnológico e social.





Elias Hiss assume função de Conselheiro

Administrativo na vice-presidência da CBIC

Representante da APeMEC passa a integrar a nova gestão nacional da construção civil para o triênio 2026/2029, fortalecendo a participação paulista nas decisões estratégicas do setor

O diretor Executivo da APeMEC, José Elias Fernandes Abul Hiss, foi eleito vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) para a gestão 2026/2029, representando o estado de São Paulo. A eleição aconteceu durante a Assembleia Geral da entidade, realizada no dia 18 de maio, em São Paulo, que definiu a nova composição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da CBIC.

A nova gestão será presidida pelo empresário Eduardo Aroeira Almeida, eleito por aclamação para suceder Renato Correia a partir de 1º de julho de 2026. A chapa única foi aprovada em um momento considerado estratégico para o setor, diante dos desafios relacionados à habitação, infraestrutura, inovação, sustentabilidade e desenvolvimento econômico do país.

Na estrutura da CBIC, os vice-presidentes exercem papel estratégico e institucional, atuando diretamente no apoio à presidência da entidade. Entre as atribuições estão a representação da construção civil em fóruns e reuniões com órgãos públicos e iniciativa privada, coordenação de áreas técnicas, participação

em grupos de trabalho e articulação de pautas importantes para o setor em âmbito nacional.

A eleição de Elias Hiss amplia a representatividade paulista dentro da CBIC e fortalece a participação da APeMEC nas discussões nacionais.

“Assumir a vice-presidência da CBIC representando São Paulo é uma grande honra e, acima de tudo, uma responsabilidade com o futuro da construção civil brasileira. Vivemos um momento de transformação no setor, com debates importantes sobre inovação, sustentabilidade, industrialização e habitação. Nosso compromisso será fortalecer o diálogo entre as entidades, ampliar a representatividade do setor e contribuir para o desenvolvimento de uma construção cada vez mais moderna, eficiente e preparada para os desafios do país”, revela Hiss.

A nova gestão da CBIC terá como

foco o fortalecimento institucional do setor, a modernização da construção civil brasileira, o incentivo à industrialização dos canteiros, além de debates ligados ao crédito habitacional, sustentabilidade, qualificação profissional e transformação digital.



Presidente da CBIC, Renato Correia, cumprimenta Eduardo Aroeira, presidente eleito da entidade

CONHEÇA A NOVA DIRETORIA

Gestão 2026/2029 que irá liderar a CBIC a partir de 1º de julho de 2026.



PRESIDENTE

Eduardo Aroeira Almeida | DF



VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Marcos Mauro Pena de Araújo Moreira Filho | PR



VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO

Alfredo Guttenberg de Mendonça Brêda | AL



VICE-PRESIDENTES REGIONAIS

- Cezar Valmor Mortari | Região Centro-Oeste | GO
- Clerlânio Fernandes de Holanda | Região Norte | RR
- Patriolino Dias de Sousa Teixeira e Silva | Região Nordeste | CE
- Raphael Rocha Lafeté | Região Sudeste | MG
- Ricardo Dias Michelon | Região Sul | RS



VICE-PRESIDENTES DE ÁREAS

- Habitação de Interesse Social (CHIS)
Clausens Roberto de Almeida Duarte | CE
- Política de Relações Trabalhistas (CPRT)
David de Oliveira Fratel | SP
- Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT)
Dionyzio Antonio Martins Klavdianos | DF
- Indústria Imobiliária (CII)
Ely Flavio Wertheim | SP
- Jurídica (CONJUR)
Felipe Melazzo de Carvalho | GO
- Obras Industriais e Corporativas (COIC)
Ilso José de Oliveira | MG
- Responsabilidade Social (CRS)
Maria Inês Menegotto de Campos | RS
- Meio Ambiente (CMA)
Nilson Sarti da Silva Filho | BA
- Infraestrutura (COINFRA)
Vinícius Augusto Pereira Benevides | RJ

CBIC

Câmara Brasileira da Indústria da Construção



VICE-PRESIDENTES

- Alberto Scheeffter Stein | SC
- Alexandre Landim Fernandes | BA
- Caio Carmona Cesar Portugal | SP
- Carlos Augusto Emery Cade | PR
- Carlos Eduardo Lima Jorge | SP
- Celso Pimentel Fraga Filho | MG
- Claudio Medeiros Netto Ribeiro | RJ
- Claudio Teitelbaum | RS
- Fábio Ribeiro Nahuz | MA
- Guilherme Araújo Fortes | PI
- Henrique Jorge Medina Neto | AM
- Hidebrair Henrique de Freitas | GO
- José Elias Fernandes Abul Hiss | SP
- Marco Antonio Corsini | SC
- Marco Aurélio Alberton | SC
- Maria Elizabeth Cacho do Nascimento | PE
- Maria Rita de Cássia Singulano | SP
- Paulo Roberto de Moraes Muniz | DF
- Rafael Sacchi | RS
- Ricardo Parzianello | PR
- Sérgio Augusto Nascimento Smith Junior | SE
- Sérgio Henrique Andrade de Azevedo | RN



SUPLENTES

- Avelar de Castro Loureiro Filho | PE
- Barbara Paludo | SC
- Bruno Baeta Ligório | MG
- Claúdio Cunha | BA
- Douglas Luiz Vaz da Silva | ES
- Lamartine Alves Pereira | PB
- Luiz Afonso Delgado Assad | DF
- Maria Eugenia Fornea | PR
- Ozaes Barros Manguera Filho | PB
- Rafael Goellner Garcia | RS
- Rogério Yabiku | PR
- Russell Rudolf Ludwig | SP
- Samir Frazzon Samara | RS



CONSELHO FISCAL

TITULARES:

- Abel Pickler Sgarioni | PR
- José Eugênio Souza de Bueno Gizzi | PR
- Murillo Estevam Allevato Filho | RJ

SUPLENTES:

- Fabrizio de Almeida Gonçalves | PA
- Fernando Coe Razuk | GO
- Ricardo Beschizza | SP





Inspeção predial nos condomínios

A ferramenta para prevenir riscos, garantir segurança e valorizar os condomínios

A manutenção de edifícios vai muito além da estética. Ela está diretamente ligada à segurança, à preservação do patrimônio e à responsabilidade legal dos gestores. Esse foi o foco de mais uma edição do podcast promovido pela APeMEC, no dia 28 de abril, que discutiu o tema “A importância da inspeção predial nos condomínios”, reunindo especialista da área para um debate técnico e acessível ao público. A iniciativa contou com o apoio do Crea-SP.

Sob a mediação do publicitário Leandro Ogalha, o episódio contou com a participação do engenheiro civil Joni Matos, profissional com ampla experiência em edificações, gestão condominial e atuação acadêmica. Durante a conversa, ficou evidente que a inspeção predial é o ponto de partida para qualquer estratégia eficiente de manutenção.

O que é inspeção predial e por que é essencial

A inspeção predial consiste na verificação técnica e

criterosa de todos os sistemas de uma edificação — como estrutura, instalações elétricas, hidráulicas e áreas comuns — com base nas normas vigentes e nos padrões de segurança. O objetivo é identificar falhas, riscos e necessidades de intervenção antes que se tornem problemas maiores, comprometendo a segurança, a funcionalidade e a durabilidade do imóvel.

Segundo o especialista, três grandes riscos estão diretamente associados à falta de inspeção: o risco à vida, com quedas de revestimentos, falhas elétricas ou incêndios que podem colocar em perigo moradores, funcionários e terceiros; o risco patrimonial, com infiltrações, mofo e processos de deterioração que reduzem o valor do imóvel e aumentam os custos de manutenção; e o risco jurídico, já que síndicos, administradores e gestores podem responder civil e criminalmente por negligência.

Nesse contexto, a inspeção atua como uma importante ferramenta preventiva, orientando as ações de manutenção, auxiliando na tomada de

decisões e evitando intervenções emergenciais, que geralmente são mais caras, complexas e impactantes para os usuários da edificação.

Inspeção não é manutenção

Um ponto importante destacado no debate é a confusão comum entre inspeção e manutenção. A inspeção é a etapa inicial, responsável por diagnosticar a situação do prédio. Já a manutenção é executada com base nas informações levantadas.

Além disso, a inspeção inclui a análise documental, como ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica), registros de serviços anteriores e a conformidade com normas técnicas. Esse processo garante que todas as intervenções realizadas no condomínio tenham respaldo profissional e legal.

Cultura preventiva ainda é desafio

Apesar da relevância do tema, muitos condomínios ainda operam de forma reativa, realizando reparos apenas quando surgem problemas visíveis. De acordo com o engenheiro, isso ocorre principalmente por dois fatores: a falta de informação dos gestores e a busca pelo menor custo imediato, sem considerar os riscos futuros.

Essa prática pode gerar consequências graves, tanto financeiras quanto estruturais. Em muitos casos, a ausência de controle técnico resulta na contratação de serviços irregulares, executados por profissionais ou empresas sem registro nos conselhos competentes.

Valorização do imóvel e planejamento financeiro

Inspeção predial também impacta diretamente o valor de mercado dos imóveis. Condomínios com manutenção em dia, gestão eficiente, áreas comuns conservadas e planejamento estruturado tendem a ser mais valorizados e atrativos para compradores.

Outro benefício é a previsibilidade financeira. Com base em um diagnóstico técnico detalhado, o síndico consegue priorizar intervenções, estabelecer um plano de manutenção preventiva e distribuir custos ao longo do tempo, evitando despesas emergenciais e taxas extras inesperadas.

O papel do síndico e dos moradores

A responsabilidade pela segurança do condomínio não é exclusiva do síndico, mas ele exerce papel central nesse processo. Cabe ao gestor exigir profissionais habilitados, garantir a existência de ARTs para obras e serviços e buscar apoio técnico especializado quando necessário.

Já os moradores devem atuar de forma consciente, verificando a regularidade de obras e cobrando transparência na gestão.

“ Apesar da relevância do tema, muitos condomínios ainda operam de forma reativa, realizando reparos apenas quando surgem problemas visíveis. De acordo com o engenheiro, isso ocorre principalmente por dois fatores: a falta de informação dos gestores e a busca pelo menor custo imediato, sem considerar os riscos futuros. ”

Tendências e avanços no setor

O debate também apontou avanços importantes, como a discussão de legislações específicas sobre inspeção predial e o fortalecimento de iniciativas de capacitação profissional. Eventos, cursos e parcerias entre instituições são fundamentais para disseminar conhecimento e melhorar a gestão condominial.

Além disso, temas atuais, como a instalação de carregadores para veículos elétricos, reforçam a necessidade de planejamento técnico, envolvendo diferentes áreas da engenharia.

Conclusão

A inspeção predial deve ser encarada como investimento, e não como custo. Ela garante segurança, prolonga a vida útil das edificações, reduz riscos jurídicos e contribui para a valorização do patrimônio.

Mais do que uma obrigação técnica, trata-se de uma prática essencial para a sustentabilidade e a qualidade de vida nos condomínios modernos.



Assista Podcast na íntegra
no canal do YouTube da apemec_oficial



Materiais pressionam

custos das obras em 2026

Alta dos insumos preocupa setor da construção civil e exige mais planejamento de consumidores e empresas

Construir ou reformar ficou mais caro em 2026 — e o principal motivo está no aumento expressivo dos preços dos materiais de construção. Produtos essenciais, como cimento, tintas, tubos de PVC e itens hidráulicos, passaram a ocupar o centro das preocupações do setor diante de uma inflação impulsionada por fatores internacionais e pela instabilidade econômica global.

O cenário atual é reflexo direto dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio. A alta no preço do barril vem impactando toda a cadeia da construção civil, desde o custo dos fretes até a fabricação de materiais derivados de petroquímicos.

Outro fator que vem pressionando o mercado é a logística internacional. A instabilidade no Estreito de Ormuz — uma das principais rotas globais de transporte de petróleo — elevou o custo do transporte marítimo e ampliou os efeitos da inflação sobre os materiais de construção em diversos países, incluindo o Brasil.

Entre os itens mais impactados estão tubulações, conexões, resinas e produtos plásticos utilizados em obras residenciais e comerciais. Além disso, reajustes tributários, oscilações cambiais e alterações nos impostos de importação sobre insumos básicos também contribuíram para pressionar os custos do setor.

O impacto já é percebido por construtoras e pelo consumidor final. Pequenas reformas e obras de médio porte passaram a exigir revisões constantes de orçamento, já que muitos materiais sofrem reajustes em intervalos cada vez menores. Em alguns casos, empresas do setor têm enfrentado dificuldade para manter valores previamente negociados devido à volatilidade do mercado.

Segundo especialistas, os materiais representam atualmente cerca de 60% do custo total de uma obra,

enquanto a mão de obra responde pelos outros 40%. Isso faz com que qualquer aumento nos insumos tenha impacto direto no orçamento final.

Outro ponto de atenção está relacionado ao comportamento do consumidor. Com os custos mais altos, muitas famílias passaram a adiar reformas, reduzir o padrão de acabamento ou dividir as obras em etapas, como forma de manter o planejamento financeiro sem comprometer o investimento.

Entre as estratégias recomendadas pelo setor está o acompanhamento do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), divulgado mensalmente pela Fundação Getulio Vargas (FGV), utilizado como referência para prever reajustes e acompanhar o comportamento dos preços no mercado.

A compra antecipada de materiais também surge como alternativa para reduzir impactos futuros, principalmente em itens básicos e de maior demanda. Outra recomendação é priorizar fornecedores regionais e buscar materiais produzidos localmente, reduzindo custos com transporte e a dependência de insumos importados.

Especialistas ainda destacam a importância do dimensionamento correto da obra. O cálculo preciso da quantidade de materiais evita desperdícios, reduz perdas financeiras e ajuda a manter o orçamento sob controle.

Além disso, profissionais do setor alertam que investir em planejamento técnico e acompanhamento especializado pode evitar retrabalhos e compras desnecessárias, fatores que acabam elevando ainda mais os custos finais da construção.

Com os materiais assumindo o papel de “vilões” da inflação da construção civil, consumidores, construtoras e profissionais do setor precisam adotar uma postura cada vez mais estratégica para enfrentar um mercado mais caro, instável e desafiador.

APeMEC 25

Associação de Pequenas e Médias empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo

Entrevista apresenta NR-1 na prática

Especialistas desmistificam exigências e alertam para erros comuns nas empresas

No podcast realizado no dia 22 de abril, promovido pela APeMEC com apoio do Crea-SP, o diretor Executivo da APeMEC, Elias Hiss, recebeu Eduardo Marcatto, especialista com ampla experiência em Segurança e Saúde Ocupacional e auditor da NR-1. Neste episódio, foi apresentado um debate direto e esclarecedor sobre a NR-1 — norma que tem gerado dúvidas, preocupações e, sobretudo, desinformação no meio empresarial.

O conteúdo teve como foco distinguir o que, de fato, é exigência da norma e o que vem sendo disseminado como “fake” no mercado, especialmente com a popularização do tema nas redes sociais.

NR-1: menos complexa do que parece

Logo no início, os especialistas reforçam um ponto central: a NR-1 não é uma “norma de saúde mental”, como muitos têm divulgado. Trata-se, na verdade, de uma norma de gerenciamento de riscos ocupacio-

nais, que abrange agentes físicos, químicos, biológicos, acidentes e fatores ergonômicos.

Segundo Marcatto, a inclusão dos riscos psicossociais não é uma novidade absoluta, mas sim um reforço de algo que já estava previsto anteriormente na NR-17.

“Não existe uma nova NR-1 focada apenas em saúde mental. O que existe é a continuidade de um conceito técnico que já vinha sendo trabalhado há décadas”, destacou Marcatto.

O que realmente será cobrado

Um dos principais alertas do podcast foi sobre o que, de fato, será exigido em auditorias a partir das atualizações da norma. De forma objetiva, os especialistas destacaram três instrumentos essenciais: Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP); Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com inventário e plano de ação; e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Esses três pilares, segundo eles, já são suficientes para atender às

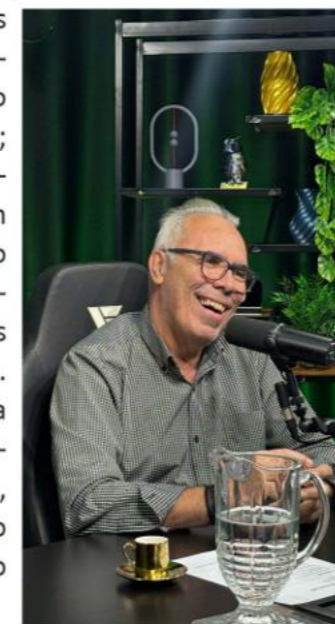
exigências legais — desde que estejam atualizados e integrados.

Fake News e gastos desnecessários

O podcast também chamou atenção para o crescimento de serviços e produtos vendidos com base em interpretações equivocadas da norma, como: “laudos psicossociais” obrigatórios; criação de cargos inexistentes, como “gestor de NR-1”; cursos rápidos prometendo especialização imediata; e soluções superficiais, como salas de descompressão ou treinamentos motivacionais sem base técnica. De acordo com os especialistas, essas práticas não são exigidas pela legislação e podem gerar custos desnecessários sem garantir conformidade.

Erros mais comuns das empresas

Entre os principais erros identificados, destacam-se: não possuir Avaliação Ergonômica Preliminar; manter o PGR desatualizado ou estático; investir em soluções que não são exigidas pela norma; e falta de integração entre os documentos obrigatórios. Outro ponto crítico é a ausência de visão estratégica na gestão de riscos, tratando a norma como burocrática, e não como ferramenta de prevenção.



Psicossocial: foco deve ser no ambiente, não no indivíduo

Um dos momentos mais relevantes da discussão foi o esclarecimento sobre os fatores psicossociais. Os especialistas reforçaram que o foco da NR-1 não está em diagnosticar o trabalhador, mas sim em avaliar e melhorar as condições de trabalho.

Ou seja, a responsabilidade da empresa é identificar fatores como excesso de jornada, pressão constante ou falhas na organização do trabalho — e não realizar análises clínicas ou psicológicas individuais.

Evolução internacional

O especialista destacou que o conceito de gerenciamento de risco ocupacional não é recente, mas resultado de uma evolução consolidada ao longo das

últimas décadas. Em 1999, a norma britânica deu origem à OHSAS 18001, que, em 2018, foi substituída pela ISO 45001, reforçando uma abordagem mais moderna, baseada em melhoria e no ciclo PDCA.

Segundo Marcatto, esses princípios foram incorporados às normas regulamentadoras brasileiras a partir de 2019, o que demonstra que a NR-1 segue uma base técnica já consolidada internacionalmente. Ele também ressaltou que a ISO 45001 continua em atualização e que uma nova diretriz voltada aos fatores psicossociais, a ISO 45003, está em fase final de incorporação pela ABNT, ampliando ainda mais o olhar estratégico sobre saúde e segurança no trabalho.

Nesse contexto, a orientação é compreender bem a NR-1 como ponto de partida e, a partir dela, evoluir para os referenciais internacionais, sem a necessidade de “reinventar a roda”, mas sim aplicando, de forma estruturada, práticas já reconhecidas globalmente.

Gestão eficiente e visão de futuro

Empresas que desejam se adequar à NR-1 não precisam de soluções complexas, mas sim de organização, conhecimento técnico e aplicação correta do básico. A integração entre segurança do trabalho, medicina ocupacional e gestão administrativa é apontada como o caminho

mais eficiente para evitar multas, reduzir riscos e melhorar o ambiente organizacional.

Mais do que uma obrigação legal, a NR-1 se consolida como um instrumento estratégico para empresas que buscam sustentabilidade, produtividade e segurança no longo prazo.

“Existe hoje uma grande confusão criada por desinformação. Inventaram uma NR-1 que não existe. Ela não é uma norma de saúde mental, é uma norma de gerenciamento de risco ocupacional. E o que precisa ser feito é simples: focar na avaliação ergonômica preliminar, PGR e PCMSO — integrados entre si. O restante, que tem sido vendido no mercado, não será cobrado em auditoria. Então, antes de gastar recursos, é preciso entender o que, de fato, a norma exige”, resume Marcatto.



Observatório da Construção

Em abril, na comparação com o mês anterior, houve relativo arrefecimento das tensões internacionais, mas ainda em cenário de alta instabilidade que já se estende por mais de dois meses. A trégua frágil entre EUA e Irã gerou alívio temporário nos mercados, mas a situação ainda se mostra fundamentalmente instável, sem uma direção clara para a evolução do conflito. Nesse contexto, o preço do óleo bruto se mantém volátil, porém sem os picos observados em março. Os mercados globais permanecem cautelosos com a evolução da inflação e dos custos de energia, mantendo previsões de menores cortes nos juros. Considerando esse cenário, o FMI reduziu a projeção global de crescimento de 3,3% para 3,1%, enquanto houve aumento para países exportadores de petróleo, como o Brasil, que teve a previsão ampliada de 1,6% para 1,9%. Ao mesmo tempo, observa-se uma ampliação da fragmentação do comércio mundial, com tendência de regionalização das trocas comerciais e países priorizando sua segurança econômica.

No Brasil, o impacto da guerra se espalha progressivamente por toda a economia. Apesar de muito positivo, a ocorrência de um segundo corte consecutivo de 0,25 p.p. manteve a taxa de juros em patamar altamente restritivo (entre os maiores do mundo em termos nominais, atrás apenas de países em guerra), de 14,5% a.a. Conflitos geopolíticos e incertezas sobre seu impacto no Brasil foram citados como motivos pelo COPOM para o baixo percentual de redução. Apesar do resultado, o mercado financeiro manteve a expectativa de juros de 13% a.a. até o final do ano, ainda que espere cortes menores e mais lentos. A recente valorização do real tem contribuído para amenizar o choque do petróleo, porém sua manutenção no atual patamar de R\$ 5,00 é vista como incerta. Os efeitos inflacionários do preço do petróleo já são sentidos, principalmente no frete, mas com impactos que ainda devem ser mais bem visualizados nos próximos meses. Um aumento do preço dos alimentos, gerado pelo maior custo de fertilizantes e pelo El Niño, pode ocorrer nos próximos trimestres e gerar obstáculos adicionais ao corte de juros. Os ganhos esperados com valorização do petróleo estão sendo utilizados pelo governo federal para tentar conter os

impactos do choque, e, em menor medida, ampliar gastos públicos. Esses resultados contribuem para um crescimento que se mostra moderado e heterogêneo, sem perspectiva de mudanças, cenário potencializado pelo alto endividamento das famílias.

No setor da construção, o aumento dos preços de insumos (incluindo essenciais) já é sentido por parte significativa do setor e sua cadeia estendida, ainda que, até o momento, não apareça com clareza nos dados oficiais. Esse efeito ocorre principalmente pelo aumento do diesel, com impacto no frete; do cimento, concreto e derivados; e de outros insumos produzidos com derivados do petróleo (por exemplo, tintas e produtos de plástico). Setores com alto custo relativo de frete (como de agregados) são mais diretamente impactados, com o maior efeito negativo tendendo a ser sentido pelas construtoras com obras do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) – que possuem margens mais apertadas – e em contratos de infraestrutura de mais difícil renegociação.

Paralelamente, o setor tem sido beneficiado pelo ciclo eleitoral, com diversos programas públicos federais e estaduais em andamento, como o MCMV, que passou por mudanças recentes que utilizaram recursos do pré-sal (R\$ 20 bilhões) para ampliar o seu alcance, atingindo orçamento recorde de R\$ 200 bilhões; o Reforma Casa Brasil, que após resultados tímidos, teve a faixa, o valor financiado e o prazo de pagamento ampliados e juros reduzidos; o programa Casa Paulista, com liberação de mais de R\$ 1,8 milhão para apoiar famílias de baixa renda da cidade de São Paulo na compra de imóveis com subsídio; entre outros. Ao mesmo tempo, o início do programa federal Novo Desenrola Brasil trouxe preocupações para o setor. A possibilidade de utilização de 20% do saldo do FGTS (ou até R\$ 1 mil) para pagamento parcial ou integral de dívidas enfraquece o Fundo e se afasta de sua lógica de sustentabilidade, o que precisa ser mais bem acompanhado ao longo dos próximos meses.

Dados do emprego formal apontam para a manutenção de uma atividade moderada do setor. Em março, o emprego do setor avançou 1,3% no Brasil, com um crescimento de 3,6% no período de um ano. São Paulo teve resultados próximos, com aumento de 1,1% no mês e de 2,9% no intervalo de

um ano. Esse movimento é acompanhado por uma moderação da confiança dos empresários com os próximos seis meses em abril, que se manteve em patamar próximo da estabilidade (51,9), indicando cautela.

O consumo aparente de aço longo demonstrou recuperação em março, no acumulado em doze meses, com expansão próxima da estabilidade de 0,5%, mas ainda tendo queda significativa no período de um ano (-3,4%). O consumo de cimento também teve alta, mais elevada que no mês anterior, de 0,8%, com um crescimento de 3,1% no intervalo de um ano.

O aumento dos gastos com investimentos do governo central em março aponta para os impactos do ciclo eleitoral. Com crescimento de 4,3% no mês (acumulado em doze meses), apresenta um aumento de 15,7% no período de um ano. A abertura de obras de instalações também mostra um cenário positivo, ainda que em menor medida, com expansão de 3,6% no mês e de 3,1% no intervalo de um ano.

Em janeiro, os lançamentos de imóveis (acumulado em doze meses) apresentaram queda de 3,9% após período de intenso crescimento, com aumento de quase 20% no período de um ano. Em movimento oposto, as vendas tiveram crescimento de 1,3%, atingindo um novo recorde da série histórica, com expansão de 4,1% no período de um ano. A abertura para os dados do MCMV demonstra uma retração mais elevada, de 4,6%, mas ainda acumulando crescimento de 20,8% no período de um ano. Já as vendas tiveram crescimento mais elevado, de 1,6%, também atingindo um recorde histórico, com expansão de 11,8% em doze meses.

No que diz respeito ao financiamento, as operações contratadas com recursos do FGTS mantiveram a trajetória de crescimento dos últimos meses, com alta de 1% em março, no acumulado em doze meses. A abertura apenas para os imóveis novos também apresenta crescimento de 1% no mês e expansão de 11,8% no período de um ano. As operações contratadas com recursos da poupança (SBPE) demonstraram recuperação, com crescimento de 4,1%, ainda que continuem a apresentar queda de 16,1% no período de um ano. Esses últimos resultados precisam ser vistos com cautela, pois, após as mudanças realizadas no SBPE, pode ocorrer uma

subestimação ou sobrestimação dos valores apresentados.

Os dados oficiais de custos do setor ainda não demonstram o impacto esperado da elevação do preço do petróleo. Em março, o INCC-DI teve expansão de 0,5%, acumulando 5,8% no período de um ano. Já o IGMI-R, que estima o preço dos imóveis, continua a se elevar de forma significativa, com crescimento de 1,1% e de quase 20% no acumulado em doze meses. A abertura dos custos pelo SINAPI (acumulado em doze meses) também ainda não reflete esse impacto, mantendo-se em patamar de estabilidade (+6,7%) e ainda acima do IPCA (4,1%). Houve estabilidade tanto do custo da mão de obra (+9,9%), quanto no de materiais (+4,4%), que deve se elevar nos próximos meses.

Os seguintes pontos de atenção devem ser acompanhados:

Consequências dos conflitos geopolíticos em curso, com enfoque na Guerra dos Estados Unidos e Israel com o Irã, com possíveis efeitos diretos e indiretos sobre o setor, como aumento dos custos dos combustíveis e de materiais, e diminuição do consumo das famílias. Em especial, os impactos do aumento do preço do diesel precisam ser acompanhados de perto; Profundidade dos efeitos defasados e do início de ciclo de cortes da taxa de juros, além dos impactos da Guerra sobre sua evolução; Evolução do desempenho da construção após as novas medidas de estímulo do governo federal (novo modelo de financiamento imobiliário, programa Reforma Casa Brasil e alterações no MCMV) e o ciclo eleitoral; Evolução do FGTS no médio e longo prazo, com destaque para os efeitos do Saque-Aniversário após as mudanças em vigor desde o início de novembro de 2025 e do programa Crédito do Trabalhador; Comportamento dos custos do setor e da dificuldade de contratação de mão de obra, que continua a ser o principal componente a pressionar a inflação da construção, além da possibilidade de aceleração de custos de materiais nos próximos meses, por consequência do choque de preços do petróleo; Consequências das medidas protecionistas e políticas do governo dos Estados Unidos, especialmente aquelas voltadas ao Brasil.

APeMEC 25 ANOS

Associação de Pequenas e Médias empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo

Fotos: Talita Seolim



Palestra analisa segurança do trabalho

Elias Hiss destaca mudanças nas normas e alerta empresas

Na Masterclass realizada no dia 14 de abril, com apoio do Crea-SP, o diretor Executivo da APeMEC, Elias Hiss, trouxe uma análise atualizada sobre segurança do trabalho, saúde ocupacional e ergonomia, abordando as principais mudanças nas Normas Regulamentadoras (NRs) e seus impactos diretos para empresas e trabalhadores.

Com cerca de cinco décadas de experiência na área, o especialista destacou que temas como insalubridade, periculosidade e riscos ocupacionais ainda geram dúvidas frequentes, tanto entre empregadores quanto colaboradores. Segundo ele, muitos profissionais entram com ações trabalhistas sem compreender plenamente esses conceitos, o que

reforça a importância de informação técnica e qualificada.

Nova NR-1 e os riscos psicossociais

Um dos principais pontos abordados foi a atualização da NR-1, que passou a incluir os chamados riscos psicossociais. A mudança amplia a responsabilidade das empresas ao exigir atenção não apenas aos riscos físicos, químicos e biológicos, mas também a fatores como estresse ocupacional, assédio moral e síndrome de burnout.

De acordo com Hiss, apesar da preocupação gerada no mercado, não há necessidade de medidas extremas, como a contratação obrigatória de equipes psicológicas internas. O foco deve estar na gestão

adequada do ambiente de trabalho, com ações preventivas, treinamentos e acompanhamento contínuo dos colaboradores.

PGR substitui modelo anterior

Outro destaque foi a implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que substitui o antigo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Diferente do modelo anterior, o PGR é dinâmico e deve ser atualizado conforme as mudanças nas atividades da empresa, especialmente em setores como a construção civil.

“O PGR não pode ser tratado como um documento estático. Ele precisa acompanhar cada fase da operação”, ressaltou o especialista.

Uso correto de EPIs e responsabilidade compartilhada

A palestra também reforçou a importância do uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Enquanto o empregador tem a obrigação de fornecer e fiscalizar, o trabalhador deve utilizá-los corretamente.

acentuado, garantindo adicional de 30% sobre o salário base.

Ele ressaltou que os dois adicionais não são cumulativos, cabendo ao trabalhador optar pelo mais vantajoso quando ambos são identificados.

Importância da perícia técnica

Outro ponto enfatizado foi o papel das perícias trabalhistas. Segundo Hiss, o laudo pericial é técnico e baseado em evidências, não em interpretações jurídicas. A ausência de organização por parte da empresa — como falta de registros, PGR ou controle de EPIs — pode resultar em decisões desfavoráveis, mesmo sem a presença do trabalhador na perícia. Durante a palestra, exemplos práticos mostraram que muitos problemas nas empresas surgem da falta de controle e informação. Também foi destacado que trabalhadores, muitas vezes, acionam a justiça sem compreender conceitos como insalubridade e periculosidade, enquanto empresas deixam de cumprir exigências básicas, como manter o PGR atualizado. Na prática, a organização, fiscalização e orientação contínua, aliadas à perícia técnica ade-



Hiss destacou que apenas disponibilizar o equipamento não é suficiente. É necessário treinamento, controle de uso e manutenção adequada. Falhas nesse processo podem resultar em multas e até em condenações judiciais.

Insalubridade e periculosidade: critérios técnicos

O especialista explicou que a caracterização de insalubridade e periculosidade depende de critérios técnicos rigorosos, definidos principalmente pelas NR-15 e NR-16.

Insalubridade: relacionada à exposição a agentes nocivos, com graus mínimo, médio ou máximo.

Periculosidade: envolve atividades com risco

quada, são determinantes para evitar penalidades e garantir a segurança no ambiente de trabalho.

Compliance e prevenção

Ao final, o especialista destacou a importância do compliance nas organizações, especialmente diante das exigências atuais da legislação. A adoção de práticas estruturadas de controle e prevenção contribui para reduzir riscos, evitar penalidades e melhorar o ambiente de trabalho.

A palestra reforça um cenário claro: a segurança do trabalho deixou de ser apenas uma obrigação legal e passou a ser um elemento estratégico para a sustentabilidade das empresas, a prevenção de riscos, a redução de passivos trabalhistas.



Assista Podcast na íntegra no canal do YouTube da apemec_oficial



MEGA OFERTAS

Mais produtividade,
mais economia para associados



PROMOÇÃO VÁLIDA ATÉ 18 DE JUNHO.

APeMEC 25 ANOS

ELEIÇÕES CONFEA | CREA | MÚTUA

Participe. Vote. Fortaleça sua profissão.

3 DE JULHO

VOTAÇÃO DIGITAL
DAS 8h ÀS 19h



Imagem meramente ilustrativa



Eleições do Sistema Confea/Crea/Mútua

serão em julho com voto digital

Os profissionais registrados no Sistema Confea/Crea já têm data marcada para escolher seus próximos representantes. As Eleições Gerais de 2026 ocorrerão em 3 de julho, das 8h às 19h, em ambiente totalmente digital. O modelo eletrônico garante segurança, sigilo e rastreabilidade, seguindo o Regulamento Eleitoral Unificado.

Estarão em disputa cargos de abrangência nacional e regional, incluindo a Presidência do Confea, as presidências dos 27 Creas, conselheiros federais de diversas modalidades profissionais e das instituições de ensino superior, além das diretorias das Mútuas Regionais. Os eleitos exercerão mandato de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029.

O voto é direto, secreto e digital, podendo ser realizado de qualquer lugar, seja por computador, celular ou tablet. Para participar, os profissionais precisam ter registro ativo e regularidade até 3 de junho, além de manter a atualização cadastral e a regularidade da anuidade. Isso garante o acesso à

plataforma de votação e a recebimento de instruções oficiais.

No Estado de São Paulo, o Crea-SP concentra o maior colégio eleitoral, reforçando a importância de cada voto na definição dos rumos institucionais. Para votar, basta acessar o portal oficial no dia da eleição, utilizando CPF e senha cadastrada.

Entre os cargos em disputa estão: 1 Presidente do Confea; 27 Presidentes de Creas (um por unidade da Federação); Conselheiros Federais e suplentes representando modalidades profissionais e instituições de ensino superior; 27 Diretores-Gerais, 27 Diretores-Administrativos e 27 Diretores-Financeiros das Mútuas Regionais.

O processo segue a Resolução nº 1.150/2025 (Regulamento Eleitoral Unificado) e demais normas aplicáveis, garantindo transparência e confiabilidade.

As Eleições de 2026 reafirmam a modernização do sistema e a importância do voto digital como instrumento de participação e decisão para todos os profissionais registrados.



Confea-X lança edital para startups



O Confea lançou, no último dia 21 de maio, o edital do Programa de Residentes. O anúncio ocorreu durante o Confea-X Community Day, realizado no Hub Regional Confea-X São Paulo, no espaço CreaLab Coworking, na sede Nestor Pestana do Crea-SP.

O programa prevê mentorias, capacitações e rodas de negócios ao longo de seis meses, com foco na criação de soluções inovadoras e no fortalecimento do ecossistema tecnológico ligado ao Sistema Confea/Crea. As inscrições seguem abertas até 7 de junho pelo portal Confea-X.



CIES-SP debate formação profissional

O Colégio de Instituições de Ensino Superior de São Paulo (CIES-SP) realizou reunião, no dia 20 de maio, na sede Angélica do Crea-SP. O encontro reuniu representantes de instituições de ensino, conselheiros federais e integrantes do Sistema Confea/Crea para debater temas ligados à formação profissional nas áreas de Engenharia, Agronomia e Geociências.

Entre os assuntos discutidos estiveram atribuições profissionais, atualização das matrizes curriculares, a relação entre o Sistema Confea/Crea, o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE), além da apresentação da plataforma InfraBR, voltada ao monitoramento de indicadores de infraestrutura no país. O CIES-SP prevê a realização de seis encontros ao longo de 2026.

Fonte e fotos: CDI Comunicação Crea-SP



Crea-SP e Confea no ENIC 2026

Durante o 101º Encontro Internacional da Indústria da Construção (ENIC) 2026, o Crea-SP e o Confea apresentaram ao público a plataforma InfraBR, ferramenta desenvolvida para reunir indicadores e informações estratégicas sobre infraestrutura em todo o país.

O sistema auxilia profissionais e gestores públicos na identificação de demandas e potencialidades em áreas como mobilidade urbana, saneamento, energia, conectividade e meio ambiente. A programação do evento também debateu temas como inteligência artificial, desenvolvimento urbano e modernização da infraestrutura brasileira.



Fórum e Colégio de Inspetores

O Fórum de Infraestrutura e Políticas Públicas e Colégio de Inspetores 2026 reuniu especialistas para discutir soluções técnicas voltadas ao enfrentamento de eventos extremos cada vez mais frequentes.

Entre os destaques do encontro estiveram as chamadas Soluções Baseadas na Natureza (SbN), que propõem integrar elementos naturais ao ambiente urbano para ampliar a capacidade das cidades de absorver impactos climáticos. O debate também abordou a importância da gestão contínua de riscos, da infraestrutura verde e da logística reversa de resíduos sólidos como estratégias essenciais para cidades mais resilientes.



Foto: Divulgação

Telhas que funcionam como painel solar

Cientistas holandeses criam telha que capta energia solar

A busca por soluções energéticas mais eficientes e integradas ao ambiente urbano acaba de dar um passo relevante. Pesquisadores dos Países Baixos desenvolveram uma telha solar baseada em perovskita — material semicondutor que vem ganhando destaque na área de energia — capaz de transformar telhados comuns em geradores de eletricidade sem comprometer a estética das construções.

A proposta combina inovação tecnológica com design. Diferente dos painéis solares tradicionais, que exigem estruturas metálicas aparentes, a telha de perovskita funciona como uma película aplicada diretamente sobre telhas convencionais. O resultado é um sistema praticamente invisível, que mantém a identidade visual do imóvel enquanto produz energia limpa.

Estudos apontam que o futuro da energia solar está na integração com os próprios materiais de construção. Nesse contexto, a perovskita se destaca por sua flexibilidade e leveza, permitindo aplicação em superfícies curvas, onduladas ou planas.

Essa característica elimina a necessidade de adaptações estruturais complexas, ampliando o acesso à tecnologia, especialmente em edificações mais antigas ou com limitações de carga.

Além da estética, a nova tecnologia apresenta

ganhos relevantes em termos de engenharia. As telhas de perovskita são significativamente mais leves que sistemas fotovoltaicos tradicionais, o que reduz custos com reforço estrutural.

Outro ponto importante está no processo produtivo. A fabricação da perovskita demanda menos energia do que o silício, reduzindo a pegada de carbono já na etapa industrial.

Entre os benefícios adicionais, destacam-se instalação simplificada, alinhada aos métodos da construção civil; boa performance em dias nublados ou com sombra parcial; resistência a variações térmicas e impactos; e valorização imobiliária devido ao apelo sustentável e estético.

Impacto nas cidades do futuro

A adoção de materiais de construção com capacidade de geração energética representa uma mudança estrutural no conceito de cidades inteligentes. Ao produzir energia no próprio local de consumo, reduz-se a dependência de grandes redes elétricas e as perdas por transmissão.

A tendência é que, no futuro, telhados, fachadas e até janelas atuem como fontes ativas de energia. Nesse cenário, a telha de perovskita surge como uma das primeiras soluções práticas de uma arquitetura que une eficiência, sustentabilidade e integração urbana.


Muito Prazer somos APeMEC

Há **25 anos** defendendo mais de 250 pequenas e médias construtoras do estado de São Paulo. A meta é reunir o maior número de empresas para criar oportunidades de trabalho com parcerias, consórcios, sociedades e desenvolvimento de negócios nas áreas pública e privada. Torne-se um associado e faça parte da nossa comunidade.

 Cursos, palestras, seminários e workshops

 Assessoria Jurídica especializada

 Informes com Licitações

 Coworking e networking

A APeMEC atua em conjunto com o Crea-SP, ABNT, CBIC, APEOP, SindusCon, Seconci, Sinaenco, Instituto de Engenharia, Conselho Municipal de Habitação - SP e outros.

APeMEC

Associação de Pequenas e Médias Empresas
de Construção Civil do Estado de São Paulo